

PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

Estado do Espírito Santo

LEI Nº 1453, DE 19 DE MAIO DE 2023.

DISPÕE SOBRE A RESERVA DE VAGAS, EM PROL DE NEGROS/PRETOS, PARDOS E INDÍGENAS, NOS CONCURSOS PÚBLICOSE PROCESSOS SELETIVOS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE VARGEM ALTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VARGEM ALTA, ESTADO DO ESPÍRITO

SANTO; faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1° Fica reservado o seguinte percentual das vagas oferecidas nos concursos públicos, processos seletivos para provimento de cargos efetivos, de contratação temporária e empregos públicos no âmbito da administração pública:

I – Aos negros/pretos e pardos: 17% (dezessete por cento);

II – Aos indígenas: 3% (três por cento).

Parágrafo único. Para efeitos desta lei considera-se administração pública os órgãos e poderes que compõem a administração direta, as autarquias, as fundaçõespúblicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista de titularidade, mantidas ou controlados pelo Município de Vargem Alta.

Art. 2º As reservas de vagas de que trata esta Lei serão aplicadas sempre que o número de vagas oferecidas no concurso público e no processo seletivo for igual ou superior a 03 (três).

§ 1º Na hipótese de quantitativo fracionado para o número de vagas reservadas aos candidatos enquadrados nos incisos I e II, do artigo 1º, esse será aumentado para o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5 (cinco décimos), ou diminuído para número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (cinco décimos).



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

Estado do Espírito Santo

§ 2º Para os cargos com menos de 03 (três) vagas ofertadas o candidato classificado

figurará apenas em lista de cadastro de reserva para as eventuais vagas que vierem a surgir

durante o prazo de validade do concurso.

§ 3º A reserva de vagas de que trata esta Lei constará expressamente dos editais

dos concursos públicos, que deverão especificar o total de vagas correspondentes àreserva

para o cargo ou emprego público oferecido.

Art. 3º Poderão concorrer às vagas reservadas na forma do artigo 1º desta Lei,

quanto a negros, aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos e quanto a indígenas,

aqueles que assim se autodeclararem, a declaração será feita no ato da inscrição no

concurso público, conforme o quesito cor ou raça utilizado pelo Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística – IBGE, sendo vedada qualquer solicitação de declaração por

parte do candidato após conclusão da inscrição ou participação do certame.

Parágrafo único. Detectada a falsidade da declaração a que se refere o *caput* do

artigo acima, será o candidato eliminado do concurso e a cópia dos documentos tidos como

falsos serão remetidos aos órgãos competentes para adoção das providências necessárias à

apuração das responsabilidades cível, criminal e administrativa, e se houversido nomeado,

o candidato ficará sujeito à anulação da sua admissão ao serviço ou emprego público, após

procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla

defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Art. 4º Os candidatos que se inscreverem na forma do artigo 1º concorrerão

concomitantemente às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de

acordo com a sua classificação no concurso.

§ 1º Os candidatos que inscritos na forma do artigo 1º forem aprovados dentro do

número de vagas oferecidas para ampla concorrência não serão computados para

preenchimento das vagas reservadas.

§ 2º Em caso de desistência de candidato aprovado em vaga reservada, a vaga será

preenchida pelo candidato negro, pardo ou indígena posteriormente classificado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

Estado do Espírito Santo

§ 3º Na hipótese de não haver número de candidatos negros ou indígenas aprovados suficiente para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação.

Art. 5º A nomeação dos candidatos aprovados respeitará os critérios de alternância e proporcionalidade, que consideram a relação entre o número de vagas totale o número de vagas reservadas a candidatos com deficiência e aqueles descritos noartigo 1º desta Lei.

Art. 6º Esta Lei não se aplicará aos concursos e processos seletivos cujos editais já tiverem sido publicados antes de sua entrada em vigor.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência pelo prazo de 10 (dez) anos, revogadas as disposições contrárias.

Vargem Alta-ES, 19 de maio de 2023.



ELIESER RABELLO

Prefeito Municipal